

# Encargos Sociais

## Taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho (%)

ENCARGOS SOCIAIS		Sem desoneração		Desonerados Lei 12.844	
		HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)
<b>A Encargos sociais básicos</b>		<b>37,80%</b>	<b>37,80%</b>	<b>17,80%</b>	<b>17,80%</b>
A.1 Previdência Social		20,00%	20,00%	(2% sobre o faturamento) (****)	
A.2 FGTS		8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A.3 Salário Educação		2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A.4 Serviço Social da Indústria (SESI)		1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)		1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A.6 Serviço de apoio pequena e média empresa (SEBRAE)		0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A.7 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)		0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A.8 Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)		3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A.9 Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário		1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<b>B Encargos sociais que recebem as incidências de "A"</b>		<b>39,17%</b>	<b>8,22%</b>	<b>39,17%</b>	<b>8,22%</b>
B.1 Repouso semanal e feriados		22,90%		22,90%	
B.2 Auxílio enfermidade (*)		0,79%		0,79%	
B.3 Licença Paternidade (*)		0,34%		0,34%	
B.4 13º Salário		10,57%	8,22%	10,57%	8,22%
B.5 Dias de chuva, faltas justificadas, greves, atraso na entrega de mat.		4,57%		4,57%	
<b>C Encargos sociais que não recebem as incidências de "A"</b>		<b>31,63%</b>	<b>24,59%</b>	<b>31,63%</b>	<b>24,59%</b>
C.1 Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2+(A2 x B)] (#)		4,45%	3,46%	4,45%	3,46%
C.2 Férias indenizadas		14,06%	10,93%	14,06%	10,93%
C.3 Aviso prévio indenizado (*) (***)		13,12%	10,20%	13,12%	10,20%
<b>D Taxas de reincidências</b>		<b>19,63%</b>	<b>6,86%</b>	<b>9,18%</b>	<b>3,18%</b>
D.1 Reincidências de "A" sobre "B" (17,8% x 39,17%)		14,81%	3,11%	8,97%	1,48%
D.2 Reincidências de ("A" - A9) sobre "C.3" (16,8% x 13,12%)		4,83%	3,75%	2,20%	1,71%
<b>TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>128,23%</b>	<b>77,47%</b>	<b>97,78%</b>	<b>53,79%</b>
Nas cidades onde não existe ambulatório Seconci (Item A.9) (exclui-se A.9, alterando a reincidência em D.1)		<b>126,84%</b>	<b>76,39%</b>	<b>96,38%</b>	<b>52,70%</b>
<b>Complementos</b>		<b>Valores</b>		<b>Custos Médios</b>	
C x NC - S x 0,06 / S - Vale transporte (**)		4,50		(C) Custo médio un da condução	
(F x NR - S / 30 x 22 x 0,01) / S - café da manhã (**)		88		(NC) número de refeições	
R x NR x 0,95 / S - Refeição (**)		3,50		(F) custo médio café da manhã	
SG / S - Seguro de vida e acidentes em grupo (**)		12,00		(R) custo médio refeição	
K / S - EPI "Equipamento de Proteção Individual" (**)		22		(NR) número de refeições	
<b>TOTAL COMPLEMENTOS =</b>		<b>15,00</b>		<b>(SG) custo médio cseguro</b>	
		<b>18,20</b>		<b>(K) número médio EPI (****)</b>	
		<b>1.214,99</b>		<b>(S) salário médio nominal</b>	
<b>Encargos sociais com complementos</b>		<b>183,80%</b>	<b>133,04%</b>	<b>153,34%</b>	<b>109,35%</b>
<b>Encargos sociais com complementos para cidades sem Seconci</b>		<b>182,41%</b>	<b>131,95%</b>	<b>151,95%</b>	<b>108,27%</b>

(\*) adotado

(\*\*) Itens que devem ser calculados segundo o critério de cada empresa. As fórmulas consideram os seguintes itens:

C = Custo médio de condução (um) ou refeição (um) ou seguro (custo mensal); N = Número médio de conduções ou refeições (mês);

S = Salário médio nominal (mês). Vale Transporte: considerada dedução de 6% sobre o salário mês; pois os empregadores obrigam-se a custear apenas o excedente a

(\*\*\*) Conforme o decreto 6.727, de 12-1-2009, que altera o Regulamento da Previdência Social, revogando a não incidência da contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado

(\*\*\*\*) Lei 12.844, que estabelece, entre outras disposições, a desoneração da folha de pagamento na construção civil.

Com a medida, a contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguradora Social (INSS) passa de 20% sobre a folha de pagamento para 2% sobre a receita bruta, devendo por tanto ser incluída no BDI.

(\*\*\*\*\*) 1/3 de calçado + 1/10 de capacete + 1/10 cinturão

encargos sociais e a percentagem total é adotada em nossas Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos (TCPO), ou seja, é a taxa que incide sobre as horas normais trabalhadas (de produção).

2) As taxas de leis sociais e riscos do trabalho para mensalistas estão consideradas e calculadas de modo a exprimir as incidências e reincidências dos encargos sociais e a percentagem total adotada incide sobre a folha de pagamento.

3) Após o cálculo dos custos diretos, há necessidade de uma previsão dos custos indiretos envolvidos na administração do negócio da empresa executante. Tal previsão geralmente é feita com base na aplicação da Taxa de BDI-Benefício de Despesas Indiretas.

4) Os itens abaixo não são considerados em nosso estudo de Leis Sociais e devem ser incluídos nas Despesas Indiretas:

PIS/PASEP, pela sua similaridade com um imposto, uma vez que incide sobre as receitas operacionais.

COFINS, uma vez que incide sobre a Receita Bruta.

5) (#) A lei complementar nº 110, de 29.06.2001, instituiu uma contribuição adicional de dez por cento sobre o total dos depósitos do FGTS quando a empresa demite o trabalhador sem justa causa, elevando assim esse percentual para 50%. Porém a lei complementar 13.932 de 11.01.2019 extingue a contribuição complementar de 10% a partir de janeiro de 2020, desta forma o percentual passa a ser de 40%.

### Sobre complementos dos encargos:

Condução: Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 e 7.619 de 30/09/87

Refeição: É direito do empregado quando determinado pela convenção coletiva, porém cada estado tem sua convenção

Seguro: Semelhante a refeição é obrigatório quando estipulado na convenção coletiva é necessário avaliar a convenção coletiva em vigor na sua região para verificar quais são os limites da obrigatoriedade.

EPI: A obrigatoriedade do uso do EPI está descrita na NR-6 EPI - Norma Regulamentadora de Equipamento de Proteção Individual -, publicada em 8 de junho de 1978 e com alterações e atualizações entre maio de 1982 e dezembro de 2011.